

Como narrar as ações memoráveis de Sócrates? Um exame dos Banquetes socráticos à luz da censura platônica à poesia

Mateus Lima dos Santos

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

mtslima42@gmail.com

Resumo: O Banquete de Platão e o de Xenofonte fazem parte de um gênero expressamente reconhecido por Aristóteles na *Poética*: o discurso socrático. Apesar de ambos tratarem das *ações memoráveis* de Sócrates, há diferenças fundamentais concernentes ao modo como se desdobra cada narrativa. Este texto pretende, através do exame das primeiras linhas dos escritos supracitados, propor uma reflexão em torno da relação entre três elementos que os envolvem: o narrador, a narrativa e a memória do fato narrado. Desdobrar-se-á, tal empreendimento, sob a ótica das reflexões platônicas acerca do tema das formas adequadas para o fazer poético expostas no terceiro livro da *República*. Na realidade, tentar-se-á explorar o seguinte problema: embora Platão reconheça formas mais legítimas que outras em relação ao narrar poético, ele próprio parece ignorá-las na composição de seus diálogos.

Palavras-chave: Platão; poesia; memória; mimese.

Introdução

O presente trabalho tem em vista formular a seguinte questão: em que medida os mecanismos de censura da poesia, conforme estabelecidos entre os livros II e III da *República*, poderiam tocar a produção escrita de Platão? Para desenvolver o problema, estabeleceremos um paralelo entre a introdução do *Banquete* de Xenofonte e o de Platão – considerando-os como partes integrantes dos *discursos socráticos*, gênero reconhecido na *Poética* (1447b).

Desse modo, elencaremos brevemente a normatização do discurso poético do ponto de vista de seu “conteúdo” (*λόγος*) e de sua “forma” (*λέξις*), explorando as reflexões platônicas a respeito desses tópicos. Em seguida, proporemos um exame das primeiras linhas dos diálogos homônimos de Xenofonte e de Platão sob o prisma das exigências da *República*. Por fim, articularemos a questão sobre a relação entre a produção platônica e as normas para o fazer poético que o filósofo elenca em sua obra.

1. A normatização platônica da poesia

Na *República*, Platão propõe uma reformulação da poesia em relação ao seu “conteúdo” (*λόγος*) e à sua “forma” (*λέξις*). É verdade que, de um modo geral, o poeta fala de assuntos relacionados ao passado, ao presente ou ao futuro (III 392d). No entanto, sua tendência é a de especializar-se nos assuntos do passado distante, colocando-se sob o patrocínio das Musas. Segundo a esquematização proposta por Platão, esse empreendimento pode ser realizado de três modos: por meio de uma (i) narrativa simples, através da (ii) mimese ou utilizando um (iii) estilo misto de composição (III 392d).

Brisson (1982, p. 121) oferece uma categorização a respeito dos referentes do discurso poético¹. Tratar-se-iam dos deuses e dos *daemons*, do Hades, dos heróis e dos homens (cf. 376e-392c). Todos esses assuntos pertenceriam a um passado longínquo, inacessível a qualquer meio sensível de verificação. Quer dizer, de acordo com o *Sofista*, a marca de um discurso verificável está na possibilidade de ser considerado verdadeiro ou falso. A verificação é realizada através da contraposição entre as relações articuladas em uma proposição e a realidade extralinguística à qual ela se refere — i.e., seu referente. Desse modo, uma proposição do tipo “Teeteto está sentado” deveria ser confrontada com seu referente: o jovem Teeteto e a ação de sentar-se. Dar-se-ia, tal verificação, por meio dos sentidos. Ao se constatar a existência de adequação entre o discurso e a realidade extralinguística à qual se refere, ter-se-ia um discurso verdadeiro. Caso contrário, tratar-se-ia de um discurso falso (cf. *Soph.* 263a-b).

No caso do mito, a realidade extralinguística a que se refere é inacessível a qualquer fonte sensível de verificação. Por exemplo, é impossível constatar, sensivelmente, uma ação que teria sido realizada pelos deuses em um passado distante. É justamente sobre essas ações que o poeta discorre. Desse modo, o discurso poético deveria situar-se além das noções de verdade e falsidade (BRISSESON, 1982, pp. 131-132). Todavia, não é o modo como Platão o trata. No segundo livro da *República*, o filósofo afirma que o mito está mais próximo dos discursos falsos² (II 377a). É por essa razão que se considera que “nas narrativas que falam sobre os deuses, por não sabermos qual é a verdade a respeito dos fatos antigos, equiparamos tanto quanto possível a mentira à verdade e desse modo a tornamos útil” (II 382d). A ignorância do público de ouvintes, em relação à verdade ou falsidade das narrativas que falam sobre os fatos antigos, advém da impossibilidade de se levar adiante qualquer tentativa de verificação do discurso.

Não cabe, no presente trabalho, perguntar pelos motivos que levam Platão a aproximar o mito da falsidade³. Deve-se enfatizar, por outro lado, que a veracidade do discurso poético repousaria não na possibilidade de se constatar a adequação entre o discurso e o referente, mas na autoridade da Musa. Sendo detentora de uma memória coletiva, ela concederia ao poeta o poder de acessá-la e de trazer, para sua narrativa, um passado distante ao qual os homens comuns não têm acesso⁴ (VERNANT, 1990, p. 361). No entanto, Platão entende que a autoridade divina é insuficiente para que o mito seja considerado verdadeiro. Ainda que não seja possível constatar, sensivelmente, os fatos sobre os quais o poeta discorre, algumas relações apresentadas em seu discurso não poderiam ter se dado tal como são narradas ao público. Isso porque contrariariam a natureza essencialmente boa e verdadeira da divindade (cf. 377e-391e). Desse modo, o poeta deveria submeter-se às imposições filosóficas para que não fizesse uma “conjectura errada sobre como são os deuses e os heróis, como um pintor cujas pinturas não têm semelhança alguma com os objetos que pretendia reproduzir em sua obra” (II 377e).

De um modo geral, em relação ao conteúdo da poesia, Platão mostra que o poeta tende a falar sobre os fatos antigos, colocando-se sob o patrocínio das Musas para acessar uma memória ampla, conhecedora de todos os eventos humanos. A veracidade do conteúdo poético não depende de

1 De acordo com Brisson, “O discurso verificável, seguindo a definição que Platão oferece no *Sofista*, discorre sobre uma realidade extralinguística, sobre um referente. Por conseguinte, é possível verificar se o signo linguístico que ele constitui corresponde efetivamente ao referente que ele pretende veicular [na linguagem]. Se a resposta à questão que esse tipo de verificação coloca for sim, o discurso em questão é verdadeiro: se essa resposta for não, esse mesmo discurso é falso” (BRISSESON, 1982, pp. 125-126, tradução nossa).

2 “No seu todo, eles [os mitos] são mentirosos [...]” (II 377a).

3 De um modo geral, a falsidade do mito está atrelada a uma má representação da divindade — desconsiderando suas propriedades essenciais: a bondade e a verdade.

4 Vejamos, a título de exemplo, o começo da *Odisseia*: “Musa, canta, as muitas errâncias”. Homero recorre à deusa como fonte de veracidade dos fatos a serem narrados na epopeia. Os eventos teriam se dado tal como são descritos não pelo fato de o poeta os ter presenciado, mas por se colocar, em certo sentido, como porta-voz de uma memória geral, detentora da lembrança de todos os acontecimentos que envolvem os humanos — isto é, a uma memória divina.

qualquer meio de verificação, fato que parece tornar a poesia um tipo de discurso inverificável (BRISSON, 1982, pp. 131-132). Na verdade, a autoridade divina da Musa dispensaria qualquer necessidade de adequação do discurso a meios lógicos de verificação. Para Platão, todavia, os discursos poéticos estariam mais próximos da mentira. Não porque poderiam ser falseados constatando-se, sensivelmente, a inadequação entre o discurso e a realidade extralinguística à qual se refere — o passado longínquo é sempre inacessível à nossa sensibilidade —, mas porque contrariam a natureza essencialmente boa e verdadeira da raça divina (II 377e).

Do ponto de vista formal, o discurso poético poderia ser classificado segundo três estilos. Essa categorização depende do modo como se dá a “narrativa” (*διήγησις*) do poema. Se o poeta faz uso de descrições, narra os eventos em terceira pessoa e fala como ele próprio, seu discurso deve ser considerado uma “narrativa simples”. Se, pelo contrário, ele fala não em seu próprio nome, mas como se fosse suas personagens, servindo-se de diálogos ao invés de narrativas descritivas, seu discurso é um exemplo de mimese. Caso intercale esses dois estilos, falando como ele próprio, mas ocultando-se em alguns momentos para utilizar diálogos, temos um exemplo de estilo misto. Essa discriminação dos gêneros é uma propedêutica à censura moral realizada na obra — o estilo mimético deveria ser evitado porque a identificação entre o imitador e o imitado afetaria, negativamente, o caráter daquele que se engaja na mimese (III 393c-396e). Platão conclui que o poeta deveria apresentar-se como narrador da obra, utilizando narrativas simples ou, em ocasiões específicas, intercalar narração e mimese em um estilo misto. Neste último caso, necessitar-se-ia que os modelos a serem imitados fossem moralmente virtuosos (III 396e-397d).

No que diz respeito à forma da poesia, conforme notamos, o poeta poderia narrar utilizando (i) narrativa simples, (ii) mimese ou (iii) narrativa mista. A mimese, expressamente reconhecida como particular às comédias e às tragédias (III 394c), deveria ser evitada — a não ser no caso de o poeta imitar modelos moralmente virtuosos, sem deixar, contudo, de utilizar narrativa descritiva e de falar em seu próprio nome.

2. As narrativas sobre as ações memoráveis de Sócrates

Os diálogos platônicos são construções fictícias. Parte dessas obras pertence a um gênero chamado “discurso socrático”. As narrativas que o constituem tomam como objeto o passado. Deve-se enfatizar, todavia, que não se trata de uma época longínqua, cujo acesso deveria ser mediado pelas Musas, mas de um tempo relativamente recente, que a memória individual ainda poderia acessar — isto é, o das ações memoráveis de Sócrates.

Primeiramente, consideremos a introdução do *Banquete* de Xenofonte⁵. Trata-se da seguinte passagem: “Pois, a mim, não me parece que sejam menos dignas de lembrança [*ἀξιομνημόνευτα*] as ações sérias dos homens de bem do que os seus momentos de irreflexão. E *porque eu próprio os presenciei*, quero agora transmitir o que sei” (1, grifo nosso). Aqui, é possível identificar a relação entre dois termos caros a Platão: o modo como o autor desenvolve sua narrativa e aquilo que ele toma por objeto — i.e., a realidade extralinguística à qual o discurso se refere. Ora, na condição de narrador, Xenofonte apresenta-se na obra para propor uma narrativa acerca de eventos pertencentes a um passado específico, nos quais ele próprio estivera presente.

Há uma demarcação de responsabilidade pelo discurso. O autor não recorre a uma memória divina, detentora do conhecimento de todos os eventos que envolveriam a humanidade. Ele não narra sob o patrocínio de uma deusa, mas de uma memória individual: Xenofonte é quem “presenciou” (*γινώσκω*) as ações de Sócrates e as fará “visíveis” (*δηλώω*) no discurso. Em relação

5 Deve-se enfatizar que as duas obras aqui examinadas, *O Banquete* de Platão e o de Xenofonte, não tratam dos mesmos eventos. A aproximação apoia-se no fato de ambas discorrerem acerca das ações memoráveis de Sócrates.

ao referente extralinguístico, seu *Banquete* não tem a pretensão de narrar fatos cuja inacessibilidade o situaria além de qualquer possibilidade de verificação. Na realidade, o autor aposta em uma narrativa sobre um passado relativamente próximo, realizada do ponto de vista de alguém que teria constatado, sensivelmente, os fatos sobre os quais discorre.

Em seu *Banquete*, Xenofonte fala como ele próprio, narrando os eventos que envolvem sua personagem Sócrates através do que Platão caracteriza como “narrativa simples”, mas também utiliza a mimese nos momentos em que seu mestre aborda algum interlocutor⁶. Embora a forma dialógica seja utilizada em grande parte da obra, há uma intercalação com narrativa descritiva em terceira pessoa, de modo que seria possível classificar o texto, segundo o prisma da passagem 392d-398b da *República*, como um exemplo de narrativa mista. Poder-se-ia afirmar, em suma, que ao utilizar um estilo misto de composição, Xenofonte engendraria uma narrativa condizente com as formas adequadas, segundo Platão, ao fazer poético.

No *Banquete* de Platão, a mesma expressão “memorável” (*ἀξιμνημόνευτος*) faz referência às ações realizadas por Sócrates. Contudo, não é o próprio Platão que se mostra como responsável pela narrativa acerca dos fatos dignos de menção que envolveriam seu mestre. O diálogo começa com uma de suas personagens, Glauco, perguntando a Apolodoro sobre o evento em que Sócrates, Agatão e Alcibiades estiveram presentes. Glauco ouviu de alguém designado como “outra pessoa”, que ouvira de Fênix, filho de Filipe, que não estivera presente no encontro, mas ouvira de um certo Aristodemo. Apolodoro, por sua vez, também não participara do evento, mas ouviu do mesmo Fênix, que ouvira de Aristodemo, único a participar do banquete. A transmissão da narrativa soa tão emblemática que é difícil refazer seus caminhos. Mas há algo evidente na obra: o narrador não estivera presente nos fatos narrados.

O modo como a narrativa platônica se desdobra marca uma diferença crucial em relação ao *Banquete* de Xenofonte. Enquanto este último assume o papel de narrador, falando como ele próprio, apresentando-se como fonte de veracidade do discurso, Platão fala como se fosse suas personagens, ocultando-se na obra. A personagem Apolodoro é a responsável por narrar os *ἀξιμνημόνευτοι* e deposita a veracidade da narrativa no fato de ter consultado Sócrates a respeito do ocorrido (*Symp.* 173b). No entanto, o próprio Apolodoro afirma não frequentar Sócrates a mais de três anos e o banquete teria ocorrido há muito tempo, quando ele e seu ouvinte ainda eram crianças.

Ao iniciar a narrativa, Apolodoro diz (*Symp.* 178a): “[...] de tudo o que cada um deles disse, nem Aristodemo lembrava bem, nem por minha vez eu me lembro de tudo o que ele disse; mas o mais importante, e daqueles *que me pareceu que valia a pena lembrar, de cada um deles eu vos direi o seu discurso*”. A introdução à narrativa de Apolodoro é curiosa. A personagem assume a responsabilidade pelo que se seguirá dizendo: “que me pareceu memorável” (*ὧν ἔδοξε μοι ἀξιμνημόνευτον*). Aparece, nessa curta passagem, pelo menos três vocábulos que Xenofonte também utiliza em seu *Banquete*: “eu” (*ἐγώ*), “parecer” (*δοκέω*) e “memorável” (*ἀξιμνημόνευτος*)⁷. Na introdução de Apolodoro, o *ἐγώ* também aparece em sua forma dativa (*μοι*) para indicar que os fatos narrados são os que parecem, ao narrador, memoráveis. O termo, contudo, não demarca a presença de Platão nos fatos descritos, nem tampouco a presença da personagem que transmite a narrativa, Apolodoro — é uma mera demarcação do que parece ser mais importante acerca do conteúdo da narrativa.

6 Por exemplo, quando precisa utilizar o diálogo, Xenofonte antecipadamente avisa seu ouvinte que Sócrates passará a falar através da seguinte expressão: “e Sócrates disse” (*καὶ ὁ Σωκράτης εἶπεν*). Esse tipo de fala, em que o autor se oculta para dar voz a Sócrates, está constantemente demarcada no texto.

7 Também em sua *Apologia de Sócrates*, Xenofonte (1) diz algo semelhante “*μοι δοκεῖ εἶναι μεμνησθαι*”.

Considerações finais

Ao passo que Xenofonte não adere à dissimulação que caracteriza a mimese, optando por uma narrativa simples intercalada com diálogos, Platão fala como se fosse suas personagens, ocultando-se na obra. O filósofo torna narrador do discurso alguém que, além de não ter presenciado o evento, teria ouvido o ocorrido de uma outra pessoa que também não estivera na ocasião. Platão parece brincar com a memória de suas personagens e não pretender que os eventos sejam considerados verídicos, nem responsabilizando-se pela narrativa, tornando-se o narrador, como faz Xenofonte, nem tampouco fazendo de Aristodemo ou Sócrates, personagens presentes nas circunstâncias descritas, narradores. Platão evidencia, em seu *Banquete*, a ambiguidade das narrativas sobre o passado, esse ar quase mitológico de algo que se apoia na transmissão oral, dependente da memória individual.

Por fim, se pretendêssemos aplicar aqui os mecanismos de censura mobilizados na *República* para selecionar as obras que deveriam permanecer na cidade lá teorizada, poderíamos afirmar que *O Banquetes* de Xenofonte sobreviveria à censura platônica. Na simplicidade que lhe é característica, essa obra toma por objeto um passado relativamente recente que é narrado a partir de um estilo misto de composição. Xenofonte apresenta-se como responsável por sua narrativa e coloca-se como fonte de veracidade das informações transmitidas: é porque ele próprio presenciou as ações memoráveis de Sócrates que pretende transmiti-las. Ora, o mesmo não pode ser dito acerca do *Banquete* platônico. Isso porque Platão, enquanto autor da obra, oculta-se e torna uma de suas personagens a narradora das ações memoráveis de seu mestre. Trata-se de um exemplo paradigmático de uso exclusivo de mimese, estilo expressamente criticado na *República*. Apesar de os fatos narrados pertencerem ao mesmo passado recente do qual fala Xenofonte, há uma ênfase na dificuldade para atestar sua conformidade ao que teria, de fato, ocorrido.

Ora, não seria Platão um paradigma do poeta que, por sua sofisticação e distância da simplicidade que caracterizam as normas de composição propostas na *República*, deveria ser afastado da cidade lá teorizada?

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *A Poética*. 2.^a ed. Trad. Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017.
- BOLZANI, R. *Mimesis em República III: uma flutuação semântica de vocabulário*. *Philosophos*, Goiânia, v. 19, n. 2, pp. 245-265, 2014.
- BRISSON, L. *Platon les mots et les mythes*. Paris: Libraire François Maspero, 1982.
- DORION, L. *Compreender Sócrates*. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.
- HOMERO. *Odisseia*. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2011.
- ORLANDI, J. Mito, mentira e feiúra no livro II da República de Platão. *Kinesis*, v. 3, n. 06, pp. 15-30, dez., 2011.
- PLATÃO. *A República*. 2.^a ed. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- _____. *Diálogos: O Banquete, Fédon, Sofista, Político*. Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- VERNANT, J. P. *Mito e Pensamento entre os Gregos*. Trad. Haiganuch Sarian. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. *Oeuvres: Religions, rationalités, politique*. Tome 2. Paris: Seuil, 2007.